



3424

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA,  
DE DEBÊNTURES SIMPLES E SUBORDINADAS

Pelo presente instrumento particular,

**SUBESTAÇÃO ELETROMETRÔ S.A.**, doravante designada simplesmente **EMISSORA**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na rua da Assembléia nº 10, 18º andar, sala 1.809, parte, inscrita no CGC/MF sob o nº 76.627.504/0001-06, devidamente representada na forma do seu estatuto social,

EMITE, como de fato emitido tem, em série única, 44.000 (quarenta e quatro mil) debêntures simples, subordinadas, doravante designadas, quando referidas em conjunto, como "DEBÊNTURES", intervindo, na qualidade de **AGENTE FIDUCIÁRIO** e assim doravante designada, a

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas nº 1.155 grupo 1.301, inscrita no CGC/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, devidamente representada na forma de seu contrato social,

comparecendo, ainda, como interveniente, a **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**, doravante designada **INEPAR**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Av. Juscelino K. de Oliveira, 11.400, inscrita no CGC/MF sob o nº 76.627.504/0001-06,

submetendo-se a emissão às seguintes cláusulas e condições:

**I - AUTORIZAÇÃO**

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da **EMISSORA**, realizada em 20 de fevereiro de 1998, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de

Escritura Particular de Emissão, em Série Única,  
de Debêntures Simples e Subordinadas  
pág. 1/17

Janeiro e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Monitor Mercantil.

## II - REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão das debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nºs 6.385/76 e 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares em vigor.

## III - REGISTRO DA PRESENTE ESCRITURA

A presente escritura de emissão será registrada no competente registro de imóveis da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

## IV - FINALIDADE

4.1. Para os efeitos adiante explicitados, fica expressamente consignado que a **EMISSIONORA** tem por objeto (a) emitir valores mobiliários, especialmente debêntures simples, subordinadas, destinadas à distribuição pública no mercado de valores mobiliários, e (b) aplicar ou utilizar os recursos provenientes da colocação de tais valores mobiliários no mercado para a aquisição de direitos creditórios de que seja titular a INEPAR em decorrência do contrato nº 0039231001, celebrado entre a referida INEPAR e a COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO -METRÔ, compreendendo os direitos creditórios derivados do fornecimento e transporte de energia rebaixada, assim como o relativo à indenização que a Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ estará obrigada a pagar à Inepar S.A. nas hipóteses previstas no mencionado contrato 0039231001.

4.2. Para regular a cessão dos direitos creditórios referidos no item 4.1, a **EMISSIONORA**, nesta mesma data, celebrou com a **INEPAR** "Contrato de Cessão de Direitos", o qual constitui **Anexo 1** da presente escritura.

## V - EMISSÃO

A emissão das debêntures observará as seguintes características e condições:

Escritura Particular de Emissão, em Série Única,  
de Debêntures Simples e Subordinadas  
pág. 2/17



**5.1. Valor da emissão:** A emissão, em série única, de 44.000 (quarenta e quatro mil) debêntures, é do valor nominal agregado de R\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais).

**5.2. Forma:** As debêntures são nominativas escriturais, sem emissão de cautelas, devendo ser negociadas junto ao SND (Serviço Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos).

**5.3. Valor nominal:** Cada debênture tem, na Data de Emissão, o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

**5.4. Preço de subscrição e integralização:** As debêntures serão integralizadas à vista, em dinheiro, no ato da subscrição, pelo seu valor nominal, acrescido dos juros remuneratórios, conforme item 5.10. abaixo, calculados "pro rata temporis", desde a Data de Emissão e até a data da efetiva subscrição.

**5.5. Modo de colocação:** As debêntures serão objeto de simultânea colocação pública, com a intermediação de instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado, de acordo com o disposto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, contemplando atendimento prioritário aos clientes das instituições líderes da distribuição pública, a serem contratadas pela Diretoria da companhia.

**5.6. Espécie:** As debêntures são da espécie subordinada, contando ainda com fiança de INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES (INEPAR)

**5.7. Tipo:** As debêntures serão colocadas sem ágio ou deságio sobre o valor nominal.

**5.8. Data de emissão:** Para todos os efeitos legais, inclusive para a contagem de encargos financeiros, a DATA DE EMISSÃO das debêntures é o dia 10 de fevereiro de 1998.

**5.9. Vencimento, Amortizações Programadas do Principal e Juros:** As debêntures se vencerão em 10 de fevereiro de 2008, sujeitando-se a 115 (cento e quinze) amortizações mensais programadas, a primeira das quais com vencimento no dia 10 de agosto de 1998. O quadro que constitui **Anexo 2** da presente escritura consigna o valor das amortizações programadas e respectivos vencimentos.



### 5.10. Juros Remuneratórios:

5.10.1. Às debêntures serão conferidos, a partir da Data de Emissão, juros calculados com base nos valores das taxas de juros "ANBID", acrescidos (capitalizados) de "spread" de 1,5 % (um e meio por cento) ao ano (base de 360 dias), incidentes sobre o valor das amortizações programadas referidas em 5.9. supra, e devidos nas mesmas datas de pagamento das mencionadas amortizações. As taxas serão acumuladas exponencialmente, utilizando-se, se necessário, o critério "pro-rata temporis" por dias corridos, de modo a cobrir o período total até a data dos respectivos pagamentos. A taxa de juros "ANBID" a ser considerada nos cálculos será, a cada instante, a taxa de juros divulgada no primeiro dia útil do mês correspondente pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento - ANBID, para depósitos a prazo do tipo mais negociado naquele dia, sendo os juros remuneratórios calculados da seguinte forma:

$$J_i = AVN_i \times \left[ K_i \times (1 + 0,015)^{ni/12} - 1 \right], \text{ onde:}$$

$J_i$  = Valor dos Juros Remuneratórios no mês "i", "ni" meses a partir do mês de emissão, devidos na mesma data da amortização programada do principal para aquele mês "i", conforme item 5.9. desta Cláusula;

$AVN_i$  = Valor da amortização mensal programada do principal com vencimento no mês "i";

$$K_i = 1 \times (1 + ANBID_1)^{1/12} \times (1 + ANBID_2)^{1/12} \times \dots \times (1 + ANBID_i)^{1/12};$$

$ANBID_i$  = taxa ANBID divulgada no 1º dia útil do mês i, expressa na forma decimal ao ano;

"ni" = número de meses decorridos desde o mês de emissão até o mês "i".

Na hipótese de a taxa "ANBID" deixar de ser divulgada até a data do pagamento de qualquer amortização programada, será utilizada, no cálculo dos juros incidentes sobre a referida amortização programada, a última taxa "ANBID" divulgada até então. A EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO decidirão de comum acordo qual o critério de remuneração das debêntures que prevalecerá (a) se a taxa "ANBID" for extinta ou se deixar de ser divulgada por um período superior a 60 (sessenta) dias; (b) se, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, a taxa "ANBID" não mais puder ser utilizada como remuneração de debêntures e (c) se vierem a ser alterados os



critérios de aplicabilidade da taxa "ANBID" nas emissões de debêntures. Havendo necessidade de substituir a taxa "ANBID", outro índice será escolhido de comum acordo entre a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO, este como representante dos debenturistas, que deverão manifestar sua decisão em assembléia especial, realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data do evento que tenha determinado a necessidade de substituição da taxa "ANBID"; caso, ao final de 30 (trinta) dias contados da data da ocorrência do evento, não se tenha chegado a acordo quanto ao critério de remuneração substituto, este será indicado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, obrigando-se a EMISSORA e os debenturistas a aceitar dita indicação.

**5.10.2. Capitalização parcial dos juros** - Durante o período de vigência das debêntures, o valor de cada amortização programada de todas as debêntures em circulação - compreendendo o principal e os juros calculados na forma prevista em 5.10.1 -, não poderá exceder o "valor de referência" correspondente, sendo:

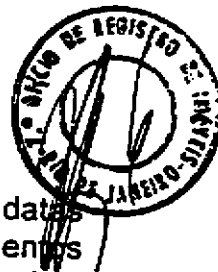
- (a) R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) o "valor de referência" para a amortização de principal e juros em 10.08.98;
- (b) R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais) o "valor de referência" para cada uma das amortizações com vencimento entre 10.09.98 e 10.02.99;
- (c) R\$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais) o "valor de referência" para cada uma das amortizações com vencimento a partir de 10.03.99.

Os "valores de referência" serão corrigidos monetariamente pelos mesmos critérios aplicáveis aos créditos derivados do Contrato 0039231001, celebrado entre a INEPAR e a Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, a que se faz referência na cláusula quarta acima, contando-se a correção entre o dia 10.02.98 e o dia do pagamento de cada amortização programada.

Caso o valor de qualquer das amortizações programadas supere o respectivo "valor de referência", a EMISSORA pagará aos debenturistas o "valor de referência". A diferença entre, de um lado, a quantia paga com base no "valor de referência", e, de outro lado, o valor da amortização programada, será levada a crédito dos titulares das debêntures em conta corrente especial aberta nos livros da EMISSORA, devendo o crédito assim constituído ser pago no dia 10 de abril de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 10.04.99 e o último na data de vencimento das debêntures, ou seja 10.02.2008. As quantias creditadas na conta corrente especial serão remuneradas, entre a data do crédito e a do respectivo pagamento, pelos mesmos critérios de remuneração das debêntures, não se aplicando, nesse caso, o mecanismo limitador previsto neste item. O Anexo 3 da presente Escritura contém exemplo destinado a facilitar a compreensão do mecanismo limitador aqui instituído.

A EMISSORA poderá a seu exclusivo critério utilizar sua eventual disponibilidade de caixa para pagar antecipadamente, total ou parcialmente, o saldo do crédito a favor dos debenturistas porventura existente nesta conta corrente especial.

Escritura Particular de Emissão, em Série Única,  
de Debêntures Simples e Subordinadas  
pág. 577



5.10.3. O valor nominal das debêntures, e os juros devidos, serão pagos, nas datas estabelecidas para os seus respectivos vencimentos, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou na sede da **EMISSORA**, neste último caso se o debenturista não estiver vinculado ao Sistema CETIP, ou ainda através de instituições financeiras que, com a aprovação prévia e expressa, por escrito, do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, vierem a ser oportunamente indicadas pela **EMISSORA**.

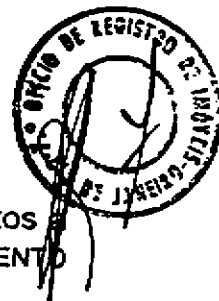
5.10.4. Se no local da sede da **EMISSORA** não houver expediente comercial e/ou bancário na data do respectivo vencimento, este ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente subsequente, sem que seja devido, pela **EMISSORA**, qualquer acréscimo sobre os valores assim liquidados.

5.11. **Aceitação das estipulações desta Escritura** - A subscrição de debêntures importa aceitação expressa, por parte do debenturista, de toda e qualquer estipulação constante desta Escritura, especialmente no que concerne aos critérios de remuneração das debêntures e do mecanismo limitador previsto em 5.10.2., já que a adoção dos referidos critérios visou justamente manter equitativas as condições das debêntures por período de vigência tão longo.

5.12. **Juros moratórios:** A taxa de juros será elevada em 1% (hum por cento) ao mês, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de impontualidade da **EMISSORA** no pagamento dos juros ou do principal reajustado das debêntures, nas épocas em que for devido, calculados desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data da regularização desta obrigação, incidente sobre as parcelas não pagas, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das debêntures, referido no item 5.13. abaixo. O disposto nesta cláusula não se aplica às situações que se submetam ao disposto na cláusula 5.10.2. desta escritura.

5.13. **Vencimento Antecipado:**

5.13.1. A ocorrência de um ou mais dos seguintes eventos (cada evento doravante denominado "EVENTO DE INADIMPLEMENTO") caracteriza o inadimplemento da **EMISSORA**: (a) a falta de pagamento, pela **EMISSORA**, de quaisquer valores de principal, juros e/ou outros encargos referentes às debêntures, em suas respectivas datas de vencimento, obedecidas as estipulações desta Escritura, inclusive o disposto na cláusula 5.10.2., desde que o EVENTO DE INADIMPLEMENTO não seja sanado dentro de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento, por parte da **EMISSORA**, de uma notificação escrita, enviada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**; (b) protesto reiterado de títulos contra a **EMISSORA**, de valor isolado e/ou agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00, (um milhão de reais), conforme definido em 5.14.3. abaixo; (c) impetração de concordata preventiva, pedido de auto-falência ou decretação de falência da **EMISSORA**; (d) declaração judicial ou administrativa de dissolução da **EMISSORA**; (e) caso a **EMISSORA** descumpra qualquer disposição prevista em seu estatuto, notadamente aquelas disposições contidas em seus arts. 5º, 6º e 16; (f) descumprimento, por parte da **EMISSORA**, de quaisquer de seus



deveres e obrigações, previstos nesta Escritura de Emissão e/ou nos documentos ela relacionados, ainda que não estejam expressamente definidos como um EVENTO DE INADIMPLEMENTO.

**5.13.2.** Caracterizado qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá, por decisão própria, declarar antecipadamente vencidas as debêntures em circulação e exigir o pagamento do valor do principal e dos juros remuneratórios, acrescido esse montante dos juros moratórios, contados "pro rata temporis", até a data do respectivo pagamento, além da multa de 10% (dez por cento). O **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá adotar a providência prevista neste item caso os debenturistas lhe dirijam solicitação nesse sentido. A solicitação dos debenturistas deverá ser deliberada em assembléia especial convocada e realizada nos termos desta Escritura de Emissão e dependerá da aprovação de titulares de debêntures que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das debêntures em circulação.

**5.14. Aquisição Facultativa e Resgate Antecipado:**

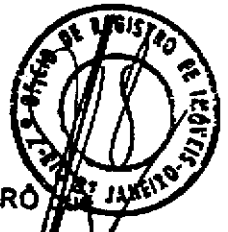
**5.14.1.** A **EMISSIONA** – por deliberação do Conselho de Administração, que obrigatoriamente fixará o prazo para a aquisição - poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado debêntures em circulação, de qualquer das séries, por preço não superior ao de seu valor nominal corrigido, acrescido de juros, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404, de 15.12.76. As debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da **EMISSIONA** ou (iii) ser novamente colocadas no mercado.

**5.14.2** A **EMISSIONA** – por deliberação do Conselho de Administração, que obrigatoriamente fixará o prazo para o resgate - poderá, a qualquer tempo, resgatar total ou parcialmente, neste caso mediante sorteio, as debêntures em circulação, caso ocorra a rescisão do "Contrato de Cessão de Direitos" celebrado entre ela, **EMISSIONA**, e a **INEPAR**, mencionado no item 4.2. desta escritura. Nesta hipótese, as debêntures serão resgatadas pelo seu valor nominal acrescido de correção monetária e juros, calculados, de acordo com o previsto nesta escritura, entre a Data de Emissão e a data do resgate antecipado.

**5.14.3.** A cláusula nona do "Contrato de Cessão de Direitos" acima mencionado define "Eventos de Liquidação" e "Eventos de Avaliação" ao mesmo tempo em que prevê as consequências para a hipótese de ocorrência de qualquer desses eventos. É a seguinte a íntegra da mencionada cláusula nona do "Contrato de Cessão de Direitos"

"9.1. A ocorrência de qualquer dos eventos abaixo discriminados ("EVENTO DE LIQUIDAÇÃO") dará à **ELETROMETRÔ** o direito de, a seu exclusivo critério, retroceder para a **INEPAR**, que estará obrigada a recomprar, os créditos cedidos pelo presente contrato que, à época, se encontrem em aberto, de sorte a possibilitar que os recursos provenientes da retrocessão sejam aplicados no pagamento, mesmo

Escritura Particular de Emissão, em Série Única,  
de Debêntures Simples e Subordinadas  
pág. 7/17



que antecipado, de todos os valores mobiliários de emissão da ELETROMETRÔ que estiverem em circulação, especialmente as DEBÊNTURES PÚBLICAS.

9.1.1. O preço da retrocessão mencionada na cláusula 9.1. será igual ao valor agregado de todos os valores mobiliários de emissão da ELETROMETRÔ que estiverem em circulação no mercado de valores mobiliários, acrescidos de todos os encargos neles previstos, inclusive os eventuais encargos da mora.

9.1.2. O preço da retrocessão prevista nesta cláusula será levado a débito da CONTA INEPAR DE GARANTIA DE LIQUIDEZ, para os efeitos do disposto nas cláusulas 7.3, 7.4 e 7.5 deste contrato.

9.1.3. O exercício, pela ELETROMETRÔ, do direito previsto nesta cláusula deverá ser objeto de notificação escrita à INEPAR.

9.2. São os seguintes os EVENTOS DE liquidação:

a) a rescisão do contrato nº 0039231001, firmado entre a INEPAR e o METRÔ;

b) a dissolução da INEPAR ou a decretação de sua falência.

9.3. Ocorrendo a rescisão do contrato nº 0039231001, e deixando a INEPAR de efetuar a recompra ajustada na cláusula 9.1. supra, poderá a ELETROMETRÔ exigir do METRÔ o pagamento da indenização prevista no Termo de Autorização para Vinculação de Receita, cujos direitos foram cedidos à ELETROMETRÔ pelo presente contrato, adotando todas as providências que se façam necessárias.

9.4. À vista da ocorrência de qualquer dos eventos a seguir discriminados ("EVENTOS DE AVALIAÇÃO") e do exame das eventuais repercussões de tais eventos sobre o presente contrato e/ou sobre a escritura de emissão das DEBÊNTURES PÚBLICAS, poderá o AGENTE FIDUCIÁRIO, à sua exclusiva discricão, determinar à ELETROMETRÔ que proceda como indicado na cláusula 9.1., com as consequências previstas nesta cláusula nona.

9.5. São os seguintes os "EVENTOS DE AVALIAÇÃO":

a) protesto de títulos de emissão da INEPAR ou de sociedade por ela controlada ou que com ela tenha controle comum, em valor isolado ou agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00, (um milhão de reais) - reajustado esse valor, a partir da data deste contrato, pela variação do IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas - salvo se o pagamento de tais títulos for efetuado nos 3 (três) dias subsequentes à distribuição para protesto ou se a INEPAR, válida e eficazmente, obstar a cobrança;

b) impetração de concordata preventiva pela INEPAR ou por sociedade por ela controlada ou que com ela tenha controle comum;





c) descumprimento, pela INEPAR, de qualquer disposição relevante de seu estatuto;

d) descumprimento, pela INEPAR, de qualquer obrigação que lhe incumba por este contrato;

e) declaração de vencimento antecipado ou o não pagamento de qualquer dívida de responsabilidade da INEPAR e/ou de qualquer sociedade por ela controlada ou que com ela tenha controle comum, que ponha em risco a estabilidade financeira da INEPAR;

f) qualquer evento danoso envolvendo a INEPAR que, pela sua magnitude, possa prejudicar o cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbam por este contrato, incluindo-se entre tais eventos: rescisão de contrato(s), imposição de condenação judicial ou administrativa, corte de crédito oficial, cobrança, execução, sequestro, arresto e penhora de bens, perda de ativo substancial sem cobertura de seguro adequado, decisão judicial que restrinja a exigibilidade ou tornem inexigíveis os créditos cedidos pela INEPAR à ELETROMETRÔ;

g) o não pagamento, pelo METRÔ, de CRÉDITOS POR FORNECIMENTO DE ENERGIA correspondentes a seis (6) meses, ou mais, de fornecimento de energia;

h) o descumprimento, pela INEPAR, das obrigações que lhe competem no contrato de gestão celebrado com a ELETROMETRÔ, no qual é interveniente o AGENTE FIDUCIÁRIO;

i) a entrega da subestação primária ao METRÔ, a qualquer título;

j) o aumento substancial no volume da energia fornecida pela INEPAR ao METRÔ, com a consequente redução do prazo do contrato nº 0039231001, pela ocorrência da denominada "antecipação de consumo" nele prevista, que represente risco ao desempenho do fluxo de caixa referido na cláusula 3.4;

l) se a INEPAR deixar de adotar tempestivamente as providências a seu cargo necessárias à preservação do contrato nº 0039231001, inclusive no que concerne na superação de cláusulas de inadimplemento.

9.6. A INEPAR se obriga a informar imediatamente à ELETROMETRÔ, ao AGENTE FIDUCIÁRIO e aos auditores independentes a ocorrência de evento do qual possa resultar a aplicação de qualquer dos dispositivos desta cláusula."



**5.15. Assembleia Geral dos Debenturistas:**

**5.15.1.** Os titulares das debêntures de cada série se reunirão em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

**5.15.2.** A assembleia pode ser convocada pela EMISSORA, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela CVM e por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das debêntures em circulação.

**5.15.3.** A assembleia geral se instalará com o *quorum* previsto no artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei nº 6.404/76.

**5.15.4.** A presidência da assembleia caberá, conforme quem a tenha convocado, respectivamente, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, ao Presidente do Conselho de Administração da EMISSORA, ao debenturista eleito pelos portadores de títulos, ou àquele que for designado pela CVM.

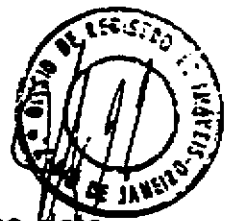
**5.15.5.** Em qualquer caso, o AGENTE FIDUCIÁRIO comparecerá às assembleias dos debenturistas, prestando a estes as informações que lhe forem solicitadas.

**5.15.6.** Nas deliberações da assembleia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos parágrafos 1º e 2º do artigo 126 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

**5.15.7.** Nos 8 (oito) dias que antecederem a realização de qualquer assembleia geral, ordinária ou extraordinária, dos acionistas da EMISSORA, na qual esteja previsto o exame de matéria cuja aprovação dependa dos votos dos acionistas titulares de ações preferenciais "CLASSE A", o AGENTE FIDUCIÁRIO convocará assembleia de debenturistas, para que decidam sobre os termos do voto a ser proferido, na assembleia geral da EMISSORA, pelos titulares de ações preferenciais "CLASSE A" da EMISSORA.

**5.15.8.** As matérias a serem submetidas à apreciação dos debenturistas, reunidos em assembleia especial, devem ser aprovadas pelos votos favoráveis daqueles que representem, no mínimo, 51 % (cinquenta e um por cento) das debêntures em circulação.

**5.15.8.1.** Para o efeito de verificação do *quorum* a que se refere esta cláusula, não serão computadas, como em circulação, as debêntures eventualmente pertencentes à EMISSORA.



**5.16. Decadência dos direitos aos acréscimos** - O debenturista que, na data programada ou naquela constante de comunicação publicada pela **EMISSORA**, recusar-se a receber qualquer quantia que a **EMISSORA** esteja obrigada a pagar, perderá o direito de receber correção monetária e juros relativos ao período de atraso no recebimento, sendo-lhe assegurados, no entanto, todos os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

**5.17. Publicidade** - Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, no jornal utilizado pela **EMISSORA** para as suas publicações, ou seja, o Jornal Monitor Mercantil.

**5.18. Fiança** - A emissão é garantida pela fiança da **INEPAR** que se obriga, como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a **EMISSORA**, de forma irrevogável e irretroatável, com renúncia expressa ao benefício de ordem e aos benefícios dos arts. 1501 a 1503 do Código Civil, pelo pagamento do valor nominal de cada uma das debêntures, acrescido dos rendimentos e encargos moratórios contratados, bem como pela liquidação de todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias, assumidas pela **EMISSORA** nos termos da presente Escritura de Emissão.

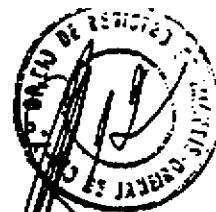
## VI - DECLARAÇÕES DA EMISSORA

A **EMISSORA** declara e garante, sem qualquer ressalva ou restrição, sob as penas da lei:

- (i) ser uma sociedade devidamente constituída e com existência válida, de acordo com as leis vigentes no Brasil, e que obteve todas as autorizações societárias necessárias para celebrar os negócios objeto deste instrumento e emitir as debêntures;
- (ii) que os signatários desta Escritura de Emissão e de todos os documentos a ela anexos estão devidamente autorizados a representá-la;

## VII - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA EMISSORA

A **EMISSORA** se obriga a: (a) manter atualizado o registro necessário junto à **CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**; (b) manter auditoria externa independente enquanto as debêntures não tiverem sido resgatadas; (c) proceder à



adequada publicidade dos dados econômico-financeiros resultantes de atos de sua gestão, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação dos seguintes documentos: (c.1.) balanço patrimonial; (c.2.) demonstração de lucros ou prejuízos acumulados; (c.3.) demonstração do resultado do exercício; (c.4.) demonstração das origens e aplicações de recursos; (c.5.) certificado de auditoria externa, quando se tratar de balanço do exercício; (d) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício; (e) fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, (e.1.) dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias após o vencimento de cada parcela, relatório de cobrança junto ao **METRÔ** do crédito respectivo; (e.2.) dentro de 30 (trinta) dias, após o término de cada semestre, cópias de suas demonstrações financeiras referentes ao respectivo período, (e.3.) dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à **EMISSORA** ou aos seus administradores e das respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da **EMISSORA**; (f) enviar ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** cópia das demonstrações financeiras anuais e do parecer da auditoria tão logo esses documentos tenham sido produzidos; (g) fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da solicitação, cópia de qualquer outro documento ou informação que possa ser relevante para a defesa dos debenturistas, podendo o referido prazo ser prorrogado se a **EMISSORA** demonstrar ser impossível atendê-lo; (h) apresentar ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas.

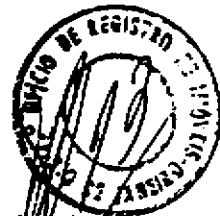
## VIII - AGENTE FIDUCIÁRIO

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, acima qualificada, intervém na presente Escritura de Emissão para declarar que aceita a nomeação e que, nos termos da lei e do contrato, representará a comunhão dos titulares das debêntures perante a **EMISSORA**.

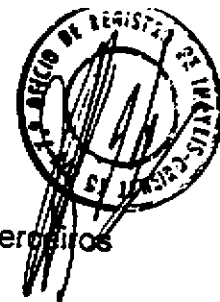
## IX - REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Será devido ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:

Escritura Particular de Emissão, em Série Única,  
de Debêntures Simples e Subordinadas  
pág. 12/17



- a) Parcelas semestrais de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sendo a primeira devida no 1º dia do mês subsequente ao da assinatura da escritura de emissão, e as demais nos semestres subsequentes, até o vencimento da emissão. Será concedido um desconto sobre as parcelas semestrais correspondente à metade da razão do principal amortizado no semestre anterior, desde que a **EMISSORA** e a **INTERVENIENTE** estejam adimplentes com todas as suas obrigações contratuais. Fica certo que o desconto máximo a ser concedido será de 50 % (cinquenta por cento). Caso a **EMISSORA** ou a **INTERVENIENTE** venham a ficar inadimplentes o desconto a ser concedido será zero, retomando o valor da parcela a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
- b) Parcelas de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para: (i) cada AGD (Assembléia Geral de Debenturistas) ou reunião formal de debenturistas, ou (ii) para cada reunião com a **EMISSORA** que seja por ela solicitada, devida na data da realização da AGD ou reunião, acrescida do valor de R\$ 100,00 (cem reais) por hora-homem de trabalho dedicado à preparação e implementação das decisões tomadas na AGD ou na reunião, até que seja registrado o aditamento à escritura de emissão no cartório de Registro de Imóveis, se for o caso;
- c) Parcelas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por relatório adicional ao anual, se houver, devido 02 dias após a sua confecção.
- d) As remunerações previstas nos itens (a), (b) e (c) serão devidas mesmo após o vencimento das debêntures, caso o **AGENTE FIDUCIÁRIO** ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela **EMISSORA** (ou pela Fiadora).
- e) As parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01/07/97 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro-rata die", se necessário.
- f) As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela **EMISSORA**, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à **EMISSORA**.
- g) O **AGENTE FIDUCIÁRIO** não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da **EMISSORA**, ou ainda em qualquer documento ou registro que considere



autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela **EMISSORA** ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões.

- h) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela **EMISSORA**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO** na hipótese da **EMISSORA** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o **AGENTE FIDUCIÁRIO** solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.
- i) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 10 % e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de emissão.
- j) As remunerações serão acrescidas dos seguintes (Impostos: ISS sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de integração social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, executando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

## X - SUBSTITUIÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá, a qualquer tempo, ser substituído em suas funções, nos seguintes casos: a) deliberação da assembléia, por debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das debêntures em circulação; b) ato da CVM. Na hipótese de o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, por motivo superveniente a esta escritura, não poder continuar a exercer as suas funções, deverá ele comunicar imediatamente tal impedimento aos debenturistas, pedindo a sua substituição. Em caso de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a mesma será formalizada mediante aditivo ao presente instrumento. Em caso de substituição, a qualquer título e/ou por qualquer motivo, do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, todas as ações preferenciais CLASSE A, de emissão da **EMISSORA**, de propriedade do mesmo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, deverão ser imediatamente transferidas a quem o substitua

Escritura Particular de Emissão, em Série Única,  
de Debêntures Simples e Subordinadas  
pág. 14/1



como novo **AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, devendo o novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, concomitantemente à citada transferência de ações, manifestar expressa adesão às regras do acordo de acionistas da **EMISSIONA**, que também se constitui em anexo desta Escritura de Emissão.

## XI - DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Além de outros previstos em lei, constituem deveres do **AGENTE FIDUCIÁRIO**: 1 - proteger os direitos e interesses dos debenturistas, com a mesma cautela e diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens; 2 - praticar privativamente todos e quaisquer atos relativos ao exercício dos direitos consubstanciados nos títulos, cujos efeitos interessam aos debenturistas; 3 - elaborar relatório anual, dentro de, no máximo, 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da **EMISSIONA**, em que declarará sobre a sua aptidão para permanecer no exercício de suas funções, informando sobre os fatos relevantes ocorridos durante o exercício e que interessem aos debenturistas; 4 - notificar os debenturistas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do evento, qualquer inadimplemento, pela **EMISSIONA** e/ou pela **FIADORA**, de obrigações assumidas no presente instrumento; 5 - como titular de ações preferenciais CLASSE A emitidas pela **EMISSIONA**, comparecer às assembleias gerais da companhia para, ouvidos previamente (nos termos acima indicados) os titulares das debêntures objeto desta emissão, votar nas deliberações que, na conformidade do estatuto da **EMISSIONA**, dependam da aprovação da maioria dos titulares de ações preferenciais "CLASSE A"; 6 - requerer ao Presidente do Conselho de Administração da **EMISSIONA** a convocação de assembleia geral, indicando a matéria a ser tratada, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração convocar a assembleia no prazo de 8 (oito) dias do recebimento da respectiva solicitação.

A notificação a que se refere o item 4 acima, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por carta protocolizada, a ser dirigida pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** a cada um dos debenturistas, na qual se discriminará as providências judiciais ou extrajudiciais que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** tomou ou irá tomar para proteger os interesses dos debenturistas.

## XII - ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

12.1. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** usará de quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, contra a **EMISSIONA**, a **FIADORA** e/ou terceiros coobrigados, para proteção e defesa dos interesses dos debenturistas e da realização de seus créditos, sendo-lhe especialmente facultado no caso de inadimplemento da

Escritura Particular de Emissão, em Série Única  
de Debêntures Simples e Subordinadas  
pág. 15/17



**EMISSORA:** (1). declarar antecipadamente vencidas as debêntures, cobrando principal e acessórios; (2). requerer a falência da **EMISSORA**; (3). representar os debenturistas em processos de falência ou concordata da **EMISSORA**; (4). tomar as providências necessárias à eventual realização da assembléia dos debenturistas e (5). outras providências previstas na presente escritura, especialmente aquelas referidas na letra do item 5.13.2. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista no item (1) acima na ocorrência das seguintes hipóteses: a) - inadimplemento de qualquer obrigação decorrente da presente escritura; b) - se a **EMISSORA** requerer concordata preventiva ou tiver a sua falência decretada. O eventual não exercício pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, de qualquer dos procedimentos previstos nesta Cláusula não consistirá novação, e não impedirá que o mesmo venha a exercê-los, em qualquer momento, a seu exclusivo critério.

### XIII - DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Correrão por conta da **EMISSORA** as despesas com publicações que, por força de lei ou desta Escritura, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** tenha que proceder, obrigando-se a **EMISSORA** a fornecer antecipadamente os recursos que sejam necessários à efetivação de tais publicações. A **EMISSORA** ressarcirá também o **AGENTE FIDUCIÁRIO** de todas as demais despesas em que o mesmo tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar os seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado imediatamente após a entrega à **EMISSORA** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos portadores dos títulos. As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, as seguintes: a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; b) extração de certidões; c) eventuais levantamentos adicionais ou perícias que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridade nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

### XIV - RENÚNCIA

Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão. Desta forma, nenhum eventual atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou medida, judicial ou extrajudicial, que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da **EMISSORA** não prejudicará tais direitos, faculdades ou medidas, não será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Escritura Particular de Emissão, em Série Única,  
de Debêntures Simples e Subordinadas  
pág. 16/17



## XIV - FORO

**ANEXO 2  
AMORTIZAÇÕES**

JUCEA  
1998

Data Pgto	Valor Total	%	Ordem
10/08/98	1.562.962	3,552%	1
10/09/98	586.005	1,332%	2
10/10/98	574.485	1,306%	3
10/11/98	563.191	1,280%	4
10/12/98	552.120	1,255%	5
10/01/99	541.266	1,230%	6
10/02/99	530.627	1,206%	7
10/03/99	646.138	1,468%	8
10/04/99	635.580	1,445%	9
10/05/99	625.195	1,421%	10
10/06/99	614.979	1,398%	11
10/07/99	604.930	1,375%	12
10/08/99	595.046	1,352%	13
10/09/99	585.322	1,330%	14
10/10/99	575.758	1,309%	15
10/11/99	566.349	1,287%	16
10/12/99	557.095	1,266%	17
10/01/00	547.991	1,245%	18
10/02/00	539.036	1,225%	19
10/03/00	557.015	1,266%	20
10/04/00	547.914	1,245%	21
10/05/00	538.961	1,225%	22
10/06/00	530.154	1,205%	23
10/07/00	521.492	1,185%	24
10/08/00	512.970	1,166%	25
10/09/00	504.588	1,147%	26
10/10/00	496.343	1,128%	27
10/11/00	488.232	1,110%	28
10/12/00	480.254	1,091%	29
10/01/01	472.406	1,074%	30
10/02/01	464.686	1,056%	31
10/03/01	480.186	1,091%	32
10/04/01	472.340	1,073%	33
10/05/01	464.622	1,056%	34
10/06/01	457.030	1,039%	35
10/07/01	449.562	1,022%	36
10/08/01	442.216	1,005%	37
10/09/01	434.990	0,989%	38
10/10/01	427.882	0,972%	39
10/11/01	420.890	0,957%	40
10/12/01	414.012	0,941%	41
10/01/02	407.247	0,926%	42
10/02/02	400.592	0,910%	43
10/03/02	413.953	0,941%	44
10/04/02	407.189	0,925%	45
10/05/02	400.536	0,910%	46
10/06/02	393.991	0,895%	47
10/07/02	387.553	0,881%	48







JUDICIAL

102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115

10/01/07	221.813	0,504%
10/02/07	218.827	0,497%
10/03/07	226.789	0,515%
10/04/07	223.736	0,508%
10/05/07	220.725	0,502%
10/06/07	217.754	0,495%
10/07/07	214.823	0,488%
10/08/07	211.932	0,482%
10/09/07	209.079	0,475%
10/10/07	206.265	0,469%
10/11/07	203.489	0,462%
10/12/07	200.750	0,456%
10/01/08	198.047	0,450%
10/02/08	195.382	0,444%

